

SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO

Sírio Possenti *

Resumo: Neste ensaio, que trata sem pretensão de um corpus selecionado na mídia sobre o acontecimento “ataque ao Charlie Hebdo”, apresentam-se hipóteses de análise, fundamentalmente a de que os enunciados materializam três posicionamentos, representados por “Je suis Charlie”, “Je ne suis pas Charlie” e “Je suis Charlie, *mas...*”. No final do trabalho, discute-se a questão proposta por Léon e Pêcheux sobre formações discursivas “instáveis”, isto é, não homogêneas, e aventa-se a conclusão provisória de que as formações discursivas temáticas são as que mais tipicamente põem esse tipo de problema aos analistas.

Palavras-chave: Formação discursiva. Semântica global. Acontecimento.

TO BE OR NOT TO BE, THAT IS THE QUESTION

Abstract: In this paper, which has no intention of being a corpus selected in the media on the “attack to Charlie Hebdo” event, hypotheses for analysis, mainly the one in the headings, materialize three positions, represented by “Je suis Charlie”, “Je ne suis pas Charlie” and “Je suis Charlie, but...”. At the end of the present work, the question proposed by Léon and Pêcheux on the “instable” discursive formations is discussed, i.e. non-homogeneous, and it is suggested a provisional conclusion that the thematic discursive formations are the ones that most typically raise this kind of question to the analysts.

Keywords: Discursive formation. Global semantics. Event.

Introdução

Tudo o que se disse a partir de janeiro de 2015, depois que a redação do jornal humorístico *Charlie Hebdo* foi atacada e alguns jornalistas foram mortos, ação precedida de outras mortes, na rua, no caminho dos que atacaram a sede do jornal, é um excelente exemplo, se ainda se precisasse de algum, de que o que os sujeitos dizem pode não estar relacionado a contextos, no sentido sociolinguístico e/ou pragmático, mas a circunstâncias históricas, ou ao que a Análise do Discurso tem chamado de condições de produção.

O que se disse imediatamente depois (já que atualmente as notícias circulam velozmente pelo mundo), assim que o evento se tornou um acontecimento discursivo, logo passou a evocar memórias. Primeiro, a mais imediata, de curto prazo, constituída basicamente pelas reações de muitos ao atentado, lamentando-o e condenando seus autores, e a reação dos “muçulmanos” à publicação de charges de Maomé. Em seguida, outra memória, de médio e de longo prazo: sobre outras charges publicadas alguns anos antes em um jornal dinamarquês e a reação a elas, depois a retomada das questões que oporiam o ocidente ao oriente próximo –

eventualmente verbalizada como os *muçulmanos vs o ocidente civilizado*. Destaquem-se os enunciados sobre liberdade, de um lado, e sobre ofensa a valores, de outro.

Este trabalho, que analisa brevemente um corpus absolutamente parcial em relação ao possível, já que, durante um ano, a remissão ao evento não cessou de se repetir, especialmente pelo emprego de “Je (ne) suis (pas) Charlie”, retoma um tanto esquematicamente o interdiscurso que se produziu imediatamente após o avento de janeiro de 2015 acima mencionado.

Uma entrada na questão

Pode-se entrar em um corpus de diversas maneiras: cronologicamente, segundo a diversidade das fontes ou dos espaços (mídia impressa, internet...), dividindo-o em agrupamentos ideológicos (já uma pré-análise) etc. Escolho partir de um texto que não foi publicado no calor da hora.

“A arte tem obrigação de provocar o Islã” é a manchete da entrevista semanal que a *Folha de S. Paulo* publicou no final do Caderno Mundo em 23/03/2015 (p. A12). O entrevistado é Lars Vilks, que vive escondido na Suécia, depois de ter publicado um desenho de Maomé representado como um cachorro (pode-se ver o desenho digitando “Lars Vilks + Maomé como cachorro” no Google).

Aforização destacada como tal de um texto (MAINGUENEAU, 2014), a expressão resume de certa forma um dos posicionamentos no campo da Arte e do Humor, entre outros. Embora bem particular, é um exemplo do discurso da “liberdade total” que muitos enunciadores desses campos reivindicam.

Veja-se o trecho seguinte da entrevista: “– Há **limites** para essas provocações? – Não. Se começamos a negociar com a violência, **perdemos a ideia básica de democracia.**” Reserve-se a palavra “limites” na pergunta e “perdemos... democracia” na resposta. Estes itens resumem os dois posicionamentos mais radicais.

Como faz às vezes e deveria fazer sempre, o jornal ouve o outro lado. Entrevista Mohammed Kharraki, representante da Associação Islâmica da Suécia, que, entre outras coisas, declara que, depois da publicação do referido desenho, foi convidado a debater com Lars Vilks na TV. “Não comprava na época, e ainda não compro, a versão dele de que defende a liberdade de expressão”. “Estou cansado.

Por que testar esta liberdade sempre com os muçulmanos?”. “Quando ele diz querer provocar minorias, ele não entende que as minorias já são provocadas todos os dias”.

Este texto veio a calhar, porque meu trabalho pretende ser uma primeira aproximação aos discursos que foram produzidos e postos em circulação quando do ataque aos jornalistas/humoristas do *Charlie Hebdo*, acontecimento que propiciou o (res)surgimento de uma polêmica que volta periodicamente, com maior ou menor alcance, sempre que um evento similar ocorre, seja um ataque, seja uma crítica a um trabalho ou mesmo um caso de censura a um livro nas escolas.

A rigor, se se analisassem as perguntas e respostas da entrevista com Lars Vilks, o restante do corpus poderia ser desprezado, porque os posicionamentos são apresentados nos enunciados contidos nessa matéria. Mas não vou fazer isso. Como prometi, vou fazer uma aproximação aos discursos que polemizaram quando daquele evento.

Antes, uma questão teórica. Em Possenti (2013), propus uma tese que explicaria a polêmica em torno dos limites do humor. Creio que merece ser reapresentada aqui e testada de novo, já que também neste caso há uma polêmica que, de certa forma, tem a ver com a mesma questão, já que os jornalistas atacados eram humoristas. Cito literalmente:

Maingueneau (1984) propõe uma teoria segundo a qual: a) o interdiscurso precede o discurso, o que significa que cada posicionamento implica um posicionamento contrário, cuja semântica é inaceitável. Logo, entre discursos há uma relação polêmica inevitável – cujo desenlace não depende, inclusive, como eventualmente se imagina, da competência ou da boa vontade dos debatedores; b) a relação polêmica produz uma interincompreensão, ou seja, tem como efeito que nenhum discurso “lê” o outro como tal, mas apenas a partir de sua própria semântica. Por exemplo, uma “ida à rua” é lida como manifestação ou protesto por um grupo (que a ela adere) e como “desordem” por adversários (a leitura do adversário é sempre um simulacro daquela de cada discurso). (POSSENTI, 2013).

Brevemente, pode-se ilustrar a tese de Maingueneau (1984) com os seguintes exemplos: o jansenismo se funda na CONCENTRAÇÃO, o humanismo devoto, na EXPANSÃO (sendo dominado, além disso, pelo sema ORDEM). O discurso evolucionista se funda no sema ACASO, o criacionista, no sema PROJETO. O discurso de “direita” sobre a violência social a atribui à NATUREZA (dos criminosos),

o da esquerda às CONDIÇÕES SOCIAIS.

Proponho que as polêmicas sobre os eventuais limites do humor podem ser analisadas a partir de dois semas básicos, cada um caracterizando um dos posicionamentos. Para o discurso da liberdade total, o sema fundamental é LIBERDADE (o humor deve ser livre, não há nenhum limite a ser respeitado); para o outro, é LIMITE (o humor deve ter limites).

Além disso, os defensores da LIBERDADE leem qualquer argumento que proponha qualquer restrição ao discurso não como limite (o sema do adversário), mas como CENSURA (um simulacro de limite). Os defensores do limite leem o sema fundamental do outro discurso não como liberdade, mas como ABUSO (que se materializa como “desrespeito”, “grosseira”, “falta de educação”, “falta de sensibilidade” etc.).

Voltemos ao caso: “Je suis Charlie” foi certamente a pequena frase/fórmula mais “acontecimental” dos últimos tempos. A fórmula significou expressão de solidariedade aos humoristas do “Charlie Hebdo”, atacados e mortos no local de trabalho. Logo foi transformada em súpula ideológica, resumindo complexas questões implicadas, embora não necessariamente “sinônimas”: civilização, liberdade de pensamento e de expressão.

Mas estas teses, que pareciam óbvias, logo foram contestadas, basicamente de duas maneiras, representadas por duas variantes da fórmula original: “Je suis Charlie, **mas...**” e “Je suis XXX”. “Je ne suis pas Charlie” frequentemente esteve ao lado de “Je suis, Charlie, **mas...**”. As conhecidas análises polifônicas de enunciados com “mas” sustentam que o enunciado que segue esta conjunção é predominante, funcionando o anterior como uma espécie de concessão ao outro discurso.

“Je suis Charlie, **mas**”, resume o discurso de adesão aos princípios democráticos, **mas** (a) faz restrições ao trabalho do jornal; e/ou (b) apresenta explicações para comportamentos ou teses contrárias a essa posição (ou contra os jornalistas).

“Je suis XXX / Je ne suis pas Charlie”, por sua vez, representa outras posições, resumidamente, de “solidariedade aos islâmicos”. Ocorreram, por exemplo, “Je suis Coulibaly” e “Je suis Mohamed”, em lugares e circunstâncias diferentes. “Je suis Ahmed”, uma variante, teve a finalidade de destacar que o primeiro morto pelos “terroristas” foi um policial muçulmano, fato que não se queria esquecido (ou que se queria lembrado).

Um corpus

Este trabalho apresenta sumariamente estes três “posicionamentos”, que mostram: (i) que fórmulas são polêmicas, como já se tornou sabido, sendo esta, aliás, exatamente uma das características da fórmula; (ii) que há discursos internamente heterogêneos, isto é, que consideram, eventualmente no mesmo “texto”, o ponto de vista do Outro; (iii) que há discursos que excluem a heterogeneidade, exceto pelos simulacros. Minha hipótese é que os discursos “heterogêneos” são análises e explicações, e que os discursos “homogêneos” são de militância. O breve corpus é coletado na imprensa brasileira.

O corpus é composto por notícias, reportagens, textos de opinião, cartas de leitores e comentários postados na Internet.

As reportagens, que parecem objetivas, expressam sua posição basicamente pela seleção lexical (“terrorista” e suas variantes é a palavra mais marcada, mas enunciada como se fosse de sentido óbvio e se referisse a um “fato”). A violência das perseguições e mortes por parte da polícia (o aparato era espantoso: 80.000 homens!) são apresentadas como fatos normais e sinal de eficiência.

Os artigos de opinião podem ser divididos em dois grupos: os de especialistas e os de humoristas. Especialistas em oriente médio, de maneira geral, podem ser enquadrados no segundo posicionamento, marcado pelo “mas”. A exceção são os notórios direitistas brasileiros (Magnoli, p. ex.), que constrói claros simulacros dos seus adversários, sem contar o tom fortemente agressivo.

Os humoristas tendem a alinhar-se ao primeiro posicionamento (liberdade total). Gregório Duvivier (considerado de esquerda, dadas as posições que expressa em crônica semanal), por exemplo, diz: “Discordo de quem pede respeito pelo sagrado” [...] “O espaço da arte não é o espaço do respeito, mas o espaço da subversão” [...] “O embate não era entre franceses e não franceses, mas entre humor e fanatismo”. Mas Laerte, também humorista, e que também pode ser associado à esquerda, afirma que “É possível manter um nível de controle em relação aos discursos, que eu não chamaria de censura, mas de um acerto do que se diz”. “A gente oscila desde a posição liberal até subir ao púlpito e dizer que homossexuais são uma aberração”. “O meu amigo Hugo Possolo diz que qualquer coisa pode ser piada, a questão é saber de que lado da piada você está”. “Se você está do lado da opressão e vai usar o discurso para criar uma situação ainda mais opressora, acho que esse discurso deve ser tolhido”. Pode-se dizer que Laerte está

no espaço “Je suis Charlie, **mas**”.

O lugar em que as posições são apresentadas mais francamente é o dos comentários na Internet (fenômeno bastante conhecido e discutido). Vejamos alguns dados, organizados segundo expressem uma das três posições:

Os três posicionamentos

- *Em comentários na Internet*

Como dissemos, pode-se considerar que houve três posicionamentos em relação ao acontecimento em questão. A seguir, cito exemplos de cada um dos posicionamentos, da maneira como encontrado na internet.

a) Je suis Charlie:

- religião é uma coisa, cada pessoa tem sua fé, sua crença, não há necessidade de impor isso aos outros, e cada ser humano *é livre para fazer e falar o que quiser*.

- se eles se sentiram incomodados, que entrasse na justiça. independente do que publicaram, *isso não dá o direito de tirar a vida de ninguém!*

- Depois de tantos atentados e massacre promovidos por muçulmanos já estava na hora de alguém mostrar para eles que eles não podem fazer tudo o que querem e saírem sem ao menos alguém contestando e nesse caso quando não acha? E realmente religião não é algo que se brinque, mas acho que depois de tudo isso o islamismo não pode mais ser chamado de religião e sim de fanatismo terrorista.

O final do terceiro enunciado, mais que outras passagens, precisa ser interpretado: o enunciador concorda que “não se deve brincar com religião”, mas não considera o islamismo uma religião, mas fanatismo terrorista. Pode-se supor, assim, que esse enunciador se posicionaria diferentemente, se considerasse que os que atacaram os jornalistas o fizessem como religiosos. Assim, de certa forma, sua posição (de seu discurso) é um pouco ambígua.

b) Je suis Charlie, mas:

- Você não leu isso em nenhum comentário. Eles estavam errados sim, em matar aquelas pessoas. *Liberdade de imprensa é uma coisa, mas ofender com essas charges é outra, com religião não se brinca*.

- se para eles é um direito criticar a crença alheia, pra quem é criticado é um direito reagir, e reagiram da forma que estão acostumados... ação-reação.

- concordo cara! mas não estamos falando de mim ou de vc que achamos por bem recorrer a justiça quando nos sentimos agredidos, estamos falando de um povo que faz justiça com as mãos e todos sabem disso ou não?

- A atitude dos terroristas foi deplorável, mas convenhamos que as charges do jornal francês também não eram nada santas...

- não sei te dizer se acredito ou não em Deus. Por isso não falo do que não sei, não brinco com as crenças dos outros, aliás, não brinco com ninguém quando não sei qual será a reação da pessoa.

- Ninguém é obrigado a gostar ou compactuar com nada neste mundo, mas devemos ter educação e respeitar acima de tudo coisas que para outras pessoas são importantes. MAS: Muito errado a atitude desse jornal de ganhar dinheiro postando desenhos que ridiculariza a religião de outras pessoas. Na minha opinião não tem parte certa, as duas partes erraram e muito, porem o primeiro erro partiu de quem mais perdeu, que no caso foram as próprias vidas.

c) Je ne suis pas Charlie

- Eles não mereceram serem assassinados, porem foram mortos por desrespeitar a religião que é coisa sagrada. Agora todos ficam postando eu sou Charlie e etc, mas me diz se voce é Charlie, por acaso voce é a favor dos desenhos sátiros que os cartunistas faziam? *Eu não sou Charlie, nunca serei, mas sinto muito pela morte dos Cartunistas, não mereceram morrer assim, mas morreram por desrespeitar coisa Sagrada.*

- "onde ninguém morra por ter uma opinião". Ter opinião é uma coisa, *brincar com a religião dos outros é outra.*

- "olho por olho, dente por dente"

- Não se pode viver em sociedade desconsiderando o outro, ainda mais sistematicamente.

- *Em cartas de leitores*

As cartas são, em geral, mais "educadas" do que os comentários na Internet. Mas, mesmo assim, são bem francas. O fato de serem breves, por decisão dos jornais, as constitui em corpus em que se encontram posições bem definidas. Vejamos alguns excertos a seguir (em alguns casos, para fazerem sentido, as cartas deveriam estar acompanhadas de textos que comentam):

a) Je suis Charlie

- Fanatismos devem ser combatidos de todos os modos *dentro da lei*. Tanto faz se a pregação é de ordem religiosa, política ou social. *Já o humor tem como função questionar e criticar tudo*, o que de certo modo não deixa de ser uma forma sofisticada de respeito. Criticar não é ridicularizar, diminuir.

- Ao senhor Otávio XXX lembro que a *punição* e excessos da imprensa quando há, *cabe à justiça, não ao AK-47*.

- O maior bem de todos é a vida. Nenhuma sociedade pode aceitar algum tipo de agressão contra esse bem maior, *sob qualquer argumento*.

Estes excertos podem ser situados na posição *Je suis Charlie*: a crítica a outras soluções que não o apelo à Justiça, a condenação clara da violência (pela metonímia “não ao AK-47”, uma arma) e a afirmação de que o humor pode questionar tudo são os principais elementos que indicam tal posicionamento.

b) Je suis Charlie, mas

- Sensacional a entrevista da consulesa francesa em S. Paulo. Finalmente alguém da França tocou nos *dois lados da questão*.

- *Eu sou Charlie. O que não sou é hipócrita* de achar que não é terrorismo vários países desenvolvidos terem matado milhões nas guerras contra países do Oriente Médio.

- Ninguém tem o direito de conspirar a educação cívica, moral e religiosa que dei a meus filhos. Isso foge ao campo da liberdade de expressão. É uma questão de foro íntimo.

Esses excertos estão alinhados com *Je suis Charlie, mas*: os elementos que levam a essa interpretação são o elogio da entrevista da consulesa francesa por tocar nos dois lados da questão, o deslocamento do terrorismo para outro foco e a afirmação de que ninguém tem direito de conspirar o que é de foro íntimo, especialmente a religião.

É o interdiscurso que impõe esta leitura, dado que: a) há dois lados da questão (**mas**); b) há outras formas / casos de terrorismo; c) e, afinal, foi por “criticarem” a religião (o que não deveriam fazer) que os humoristas foram atacados.

Formações discursivas complexas?

Algumas FDs são muito nítidas (contra ou a favor das cotas, por exemplo). Outras se apresentam cheias de nuances. Um bom exemplo para apresentar este caso é a coluna de H. Schwartzman (FSP de 11/01/2015) “Uma defesa do insulto”, especialmente porque uma FD implica práticas (não só dizer, mas fazer: no caso dos jornais, publicar, fazer circular). Extraio passagens do texto que explicitam posições, do autor e de outros:

Nenhum editor que eu conheço **deixaria de publicar as charges** do profeta Maomé [...]. **Penso que estão cobertos de razão [...]** **Nos EUA e em outras partes do mundo civilizado**, entretanto, órgãos de imprensa respeitáveis [...] **evitam estampar os cartuns. O argumento utilizado é o da cortesia pública. Leitores devem ser poupados de material criado deliberadamente para ferir sensibilidades [...]** Compreendo, mas **não concordo**. Obviamente, **não defendo que a publicação de cartuns ou de tripas expostas seja obrigatória**. Se um determinado órgão acha que escancarar a charge blasfema vai muito contra a sua personalidade, **deve mesmo furtar-se a fazê-lo**.

É fundamental, porém, que, no cômputo geral da mídia, **o público tenha acesso a tudo, por mais ofensivo que pareça. O que está em jogo** aqui não é apenas a imagem de jornais e a sensibilidade de leitores, mas **a própria dinâmica da democracia [...]** Ainda que isso lhe **ocasiona sofrimento psíquico, é importante que ele se dê conta de que outras abordagens são possíveis e podem ser tão legítimas quanto a sua. Para funcionar plenamente, a democracia exige algum nível de insulto**.

O primeiro excerto inclui passagens compatíveis com ***Je suis Charlie, mas***. A questão da cortesia resume a posição: não ofender, não ferir sensibilidades. O segundo excerto alinha-se com ***Je suis, Charlie***, enunciando o núcleo (quase um sema...) deste posicionamento (a própria dinâmica da democracia), quase com exagero (exige algum nível de insulto).

Quem é *Je suis Charlie* não poderia admitir ***Je suis Charlie, mas***. Por que esta parece, no entanto, ser a posição do articulista? Uma hipótese é que ele se apresenta como “neutro”, ou, pelo menos, como sensível a outros discursos, o que não é o caso de colunistas claramente militantes. Trata-se na verdade de outra questão, que implicaria, entre outras coisas, uma análise do *ethos* desse enunciador, considerando também seu *ethos* prévio¹, em confronto com o dos mais militantes.

Conclusões

Desde Pêcheux (1988), a divisão entre os discursos logicamente estabilizados e os não tornou-se um dos traços principais da caracterização de sua teoria. Em Léon e Pêcheux (1980), a tese ganha dimensão especial.

No tópico “O mesmo e o outro na discursividade” (LÉON; PÊCHEUX, 1980), os autores dizem que uma sintaxe como a chomskyana supõe uma referência a um mundo exterior independente regrado as identidades de sentido. Mas, acrescentam os autores, além deste tipo de relação parafrástica – que garante a identidade do sentido –, há outras, nas quais esta identidade é menos garantida, seja pela substituição de itens lexicais, seja pela variação da estrutura sintática. É o ponto onde a sintaxe lógica da frase cede e se corrompe, em proveito de uma intra-reformulação da sequência discursiva por ela mesma, tendendo em direção a uma autonomização de um mundo discursivo auto-referido, afirmam.

Creio que a tese se aplica ao corpus aqui analisado: discursos estabilizados implicam ou supõem mundos independentes. Discursos instáveis implicam outro tipo de relação discurso/mundo: não se trata de sustentar que aquele cria este, mas de uma posição ambígua em relação a ele, eventualmente de dúvida entre aceitação e rejeição, ou, pelo menos, de consideração que outros posicionamentos são de certa forma aceitáveis. Aqui, o caso mais evidente é de uma certa dúvida (manifesta na polifonia implicada por “mas”) entre ser radicalmente pela liberdade total de expressão e a admissão de alguma restrição em certas circunstâncias.

Maingueneau (2014) apresenta um conjunto de tipos de formações discursivas. Dentre elas, destaca as que ele chama de temáticas, organizadas não a partir de uma instância produtora, mas de um tema que toma habitualmente a forma de uma expressão nominal com artigo definido: “a droga”, “a eutanásia”, “a guerra do Afeganistão”.

Uma possibilidade seria tratar do corpus aqui em questão como se tratasse de FDs temáticas: seu “nome” geral poderia ser “a liberdade de expressão”, referível a numerosos casos e campos (artístico, humorístico, jornalístico etc.). Uma das características fundamentais desse tipo de objeto é colocar o analista diante de um dilema: trata-se uma FD ou de pelo menos duas, mas eventualmente diversas, tantas quantos forem os posicionamentos (sim; não; depende das circunstâncias e dos espaços de circulação etc.). Mais que conclusões, são trabalhos a fazer, decisões (provisórias) a tomar.

Notas:

* Sírio Possenti é doutor em Linguística, professor livre-docente no Departamento de Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Atua em diversas áreas da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, principalmente na sub-área da Análise do Discurso, em especial nos campos do humor e da mídia. Coordena o Centro de Pesquisa FEStA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise) e atua como membro das seguintes sociedades científicas: GEL - Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo, ABRALIN - Associação Brasileira de Linguística, ALFAL - Associação de Linguística e Filologia da América Latina, ALED - Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso e ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. E-mail: sirio@iel.unicamp.br

¹ Quando a Folha de S. Paulo contratou os colunistas Demetrio Magnoli e Reinaldo Azevedo, a própria ombudsman os qualificou de “pit-bulls”, obviamente em decorrência do conhecimento público de suas posições e do tom agressivo de seus textos. Certamente não é o caso de Hélio Schwartzmann.

Referências

LÉON, J; PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: Pêcheux, M. **Análise de Discurso**. (Textos escolhidos por Eni P. Orlandi). Campinas: Pontes, 2011 [1980], p.163-173.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. S. Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1984].

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**: uma introdução. S. Paulo: Parábola Editorial, 2015 [2014].

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 1990 [1988].

POSSENTI, Sírio. Humor e censura: delimitando um campo? In: **De Lisboa para o mundo**: ensaios sobre o humor luso-hispânico, 2013, p. 347-362. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/0018279774e8460344095>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Recebido em: fevereiro de 2016.

Aprovado em: março de 2016.